

à Sessão, deu por encerrado os trabalhos e a presente ata foi lavrada e se for aprovada, irá assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário.

Waldemar Brandão
1º Secretário

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP - ESTADO DE MATO GROSSO

Aos dois dias do mês de maio de hum mil e novecentos e oitenta e nove, no horário regimental, a sala das sessões da Câmara Municipal de Sinop, reuniram-se os Vereadores em sua totalidade para a realização da décima primeira sessão ordinária do ano. Invocando a proteção Divina o Senhor Presidente, deu por aberto os trabalhos solicitando fosse lida a ata anterior. Lida e aprovada a ata, foram apresentadas as correspondências recebidas e as expedidas como também a pauta do dia. Apreciados logo após fazer número nove e dez, das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamentos, com referência ao Projeto de Lei número quatro do Executivo Municipal. Em discussão, Waldemar Brandão entendeu que deveriam resguardar o direito do legislativo, não concordando com o artigo quarto do Projeto do Executivo do mesmo número

ro, sugerindo que fosse alterado o artigo, não deixando autonomia para o Executivo abrir crédito adicional suplementar através de Decreto. José Pedro Serafini foi favorável a emenda desde que fosse pensamento da maioria. João Medeiros também foi de opinião favorável ao propósito, esclarecendo que quando exarou parecer, sua comissão ateu-se ao assunto de sua alçada, daí, suprimiram as de tras citadas dando origem a emenda número dois. Nada mais a acrescentar os dois parecer e emenda obtiveram a aprovação do Plenário. Continuando em discussão ainda o Projeto e emenda que levou o número três, feita em nome do Plenário, tendo por base o proposto por Waldemar Brandão. Aprovada emenda modificativa ao artigo quarto do Projeto, este também entrou em votação primeira, obtendo a aprovação unânime. Deliberados posteriormente, Parecer número sete e oito das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamentos favoráveis ao Projeto de Lei número cinco do Executivo Municipal. Requerimento número quinze, autoria de José Pedro Serafini, apoiado por Itacir Kirsch e Honório Slaviero, solicitando votação em regime de urgência e assim foram sendo votadas e aprovadas as matérias também como o Projeto em epígrafe, em única apreciação. Deliberados logo após e aprovados sem nenhuma contestação

A

O Projeto de Resolução número sete, au-
toria da Mesa e Requerimento nú-
mero dezesseis, autoria de José Pe-
dro Serafini. Encerrada a pauta do
dia, foi cedido tempo às explicações
pessoais. Manifestou-se primeiramente
o Vereador José Pedro Serafini que
justificou o convite ao Engenheiro do
DERMPT para vir à sessão. Enalteceu o
trabalho dos colegas Edis, por eufeu-
derem os pedidos de urgência vindo
a agilizar o trabalho também do Exe-
cutivo. Referiu-se a visita de represe-
tante da LBA em Sinop e convênios
firmados. Deu conhecimento da Doação
de um Centro de convivência à Sinop
que atendia idosos e crianças. Itacir
Kirsch fez registro de sua participação
na fundação da Igreja Batista Inde-
pendente de Sinop, a qual contava
com setenta e cinco membros ativos.
Dirigiu-se ao líder do Prefeito, para que
intercedesse ao Executivo para que fo-
masse providência à estrada que dava
acesso a prainha ou liberasse o pró-
prio agricultor para arrumar a referida
estrada já que era o mais prejudicado.
Osmar Martinelli parabenizou equipe
organizadora e jurados pelo transcur-
so da gincana do trabalhador. Fez re-
gistro também do espírito esportivo e
batalhador da equipe do PX, vencedora,
parabenizando-a pela boa intenção de do-
ação que fariam da premiação recebida

a uma entidade filantrópica. Waldemar Brandão deu conhecimento de ofício recebido da Secretaria da Fazenda do Estado, informando os valores repassados à Prefeitura. Fez requerimento verbal ao Executivo Municipal para que revisse seu arquivo e encascalhasse a estrada da prainha pois havia uma indicação sua de anos passados e a ratificou, destacando a necessidade de auxílio ao agricultor que possuía o maior plantio de soja àquelas proximidades. Sugeriu que fosse acoplada a Secretaria que entendesse o Executivo as atribuições de lazer e turismo, destacando a prainha como um local apropriado para tanto. Registrou seu repúdio a pessoas ou organização que explodiram monumento em homenagem a três trabalhadores no Rio de Janeiro. À vista disso, entendeu que o Vereador tinha que se manifestar pois era quem conduzia, era a base. Não acreditava que o ato tivesse partido das forças armadas, porém, sem sombra de dúvidas afirmou que era de extrema direita o que estava acontecendo. Não acreditava que poderiam prosperar, deslumbrar dias melhores, admitindo aquele tipo de terrorismo, de amedrontamento à família e ao político brasileiro, pois esse estava com medo e se continuasse a "baderna" que vinha ocorrendo, seria ao seu ver bem melhor que voltasse a ditadura, o regime de força, de ordem, pois aí eles a impo-

nam pois estava faltando. Salientou as
várias reclamações recebidas da popula-
ção, pelo trabalho monoso do fórum. Afir-
mou que solicitaria a presença do presi-
dente da Seccional da OAB para que em
próxima sessão viesse a explicar sobre
processos, muitos elementares, que tra-
mitavam já a cinco anos no fórum. Acha
necessário que Vereadores se mani-
fassem a respeito. Fez alusão a atitude
de menos louvável de juiz de direito
que embebedado, praticou atos desmo-
ralizadores a poucos dias, do que a impren-
sa simplesmente calou-se. Diante dis-
so, criticou veementemente, pois enteu-
deu que o poder judiciário não era
mais do que o legislativo e executi-
vo, que eram constantemente, por qual-
quer motivo, criticados e antes de tudo
entendeu que o judiciário deveria ser
o exemplo, pois eram os aplicadores da
lei e da ordem. Disse que levantaria o
ocorrido e denunciaria, pois o vereador
tinha que mostrar que exercia fun-
ção nobre, digna e não tinha medo,
prontificando-se a levar adiante a ques-
tão e buscando conhecimento maior, do
porque da monosidade dos trabalhos daque-
le órgão e, se fosse o caso, dispôs-se a aju-
dar, interceder e agilizar no sentido de melho-
rar o atendimento. Contudo, não seria injus-
to, caso o problema fosse em âmbito esta-
dual ou Nacional, no entanto, se fosse
só de Sinop, cobraria insistentemente

uma solução. Sebastião de Matos, deixou registrado um alerta que o preocupava, referindo-se a várias proposições aprovadas pela Casa ao Executivo, de obrigação do Governo, observando que não poderia continuar pois em pouco tempo comprometeria a arrecadação municipal, enfatizando muitos órgãos que a Prefeitura já vinha mantendo, pagando funcionários e aluguel. Quanto a preocupação de mudar a imagem de Sinop, referiu-se as várias áreas às margens da BR 163 que necessitavam de desmatamento solicitado ao Líder do Prefeito que levasse o problema que causava uma péssima imagem do município. Levantou ainda a necessidade de providências na Rua das Primaveras, local conhecido como "Peixotinho", onde se acumulavam bêbados e pessoas promíscuas. Solicitou o encaminhamento de todos os Vereadores a respeito. A parte ao Vereador José Pedro Serafini, esclareceu que no máximo dentro de seis meses esgotaria-se o prazo do Alvará e não havendo mudanças, adequação às exigências do Executivo, haveriam de ser fechados aqueles estabelecimentos. Continuando o aparte agradeceu à Presidência pelo encaminhamento de ofício a Expresso Maringá, com referência as placas de veículos, e solicitou que fosse oficiado também a Integração pois havia intenção e disposição daquela gerência, bastando ser solicitado o emplacamento também de seus veículos. A parte ao

ao Vereador Waldemar Braudão, enalteceu solicitação feita via CIRETRAN ao Diretor da Expresso Maningá e Integração, entendendo que o gerente da área Integração não estava sabendo, porém o pedido havia já sido feito. Quanto a CIRETRAN e seu funcionamento, fez comparação do gasto mínimo da Prefeitura para com o órgão e da boa arrecadação revertida do mesmo ao Município. Portanto, haveria de se ponderar e verificar quais os órgãos que só honravam o cofre municipal. Sebastião de Matos, continuando, fez observação ao Regimento interno, dizendo ter concordado com o aparte por educação, porém entendeu não ser regimental. e pelo exposto por Waldemar Braudão entendeu devesse então ser a CIRETRAN municipal, pois sendo Estadual, teria o Estado suas obrigações que cumprir. João Medeiros, na qualidade de cidadão Vereador e advogado, mostrou-se feliz por ver que a grita por justiça e sua maior rapidez não era mais só da ordem dos advogados que estava em luta constante pela agilização, pois tanto quanto a parte que sofria com a ausência da justiça e o advogado estavam sendo prejudicados. Destacou que as leis que tinham que se ater eram velhas e tudo as relações humanas se alterado, haveria a necessidade de um acompanhamento das leis o que não aconteceu segundo ele. Disse que o processo tanto a

vel, quanto penal era extremamente mo-
roso, dependia de uma série de atos que
tornavam a justiça emperrada. Além dos
problemas da lei destacou o problema prin-
cipalmente com os homens. Referiu-se a
remuneração não tanto considerável de um
juiz de Direito, mesmo ponderando os vá-
rios benefícios arcados pela Prefeitura e
também ao número de cinquenta funcio-
nários do fórum, que apesar de não ofi-
cial a informação, entendeu que se todos
fossem trabalhar não comportaria mais
do que vinte e cinco elementos dentro
daquele órgão. Disse estar certo que o
Estado de Mato Grosso cobrava as cus-
tas judiciais mais caras do País, dando
alguns exemplos de citações. Via o pro-
blema como sendo estrutural, porém
era direito da sociedade cobrar uma jus-
tiça ágil, pois era o judiciário quem
tinha o poder de decisão final. Entendeu
que era de extrema importância que
exigissem moralização não só do legis-
lativo e Executivo, vistos como maio-
res culpados por várias coisas, manteu-
do-se o judiciário intocável; ninguém
falava sobre toda a ferrugem e falta
de rotatividade daquele Poder, porém ha-
via sido um início de mudança com
o concurso público em Mato Grosso,
que oferecia pouca concorrência, devido
aos baixos salários a juizes de primeira
entrância. Entendeu que havia necessi-
dade de mudança de mentalidade, não

se colocando o magistrado num pedestal, separados da sociedade, como se fosse um suprassumo do ser humano. Os via como seres humanos desenvolvendo uma atividade como qualquer outro, importantes dentro do contexto social como qualquer outra atribuição; eram passíveis de erros, como de qualidades. Acreditou que o problema da justiça não era só a nível municipal ou Estadual, seria necessário uma mudança na base toda para tentarem um Poder Judiciário, Legislativo ou Executivo que viesse a corresponder os anseios da população. Não havendo manifestação de mais nenhum Vereador o Senhor Presidente cobrou dos Vereadores o texto para telex ao Deputado João Teixeira e comunicou que no dia seguinte repassaria o valor dos veículos vendidos à Prefeitura para compra imediata da ambulância. Informou as arrecadações da Prefeitura, dos primeiros três meses do ano. Comunicou a contratação do Advogado Sidney Marques que Assessoraria a Casa juridicamente. Lembrou e ratificou convite a todos para a palestra sobre migração que se daria à quinta-feira. Fez os agradecimentos finais, deu por encerrada a sessão e a presente ata foi lavrada e se for achada conforme irá assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário.

Roberto Martins
Muniz